

Bom dia a todas e a todos.

É com grande satisfação que em nome da Práxis me dirijo a todos nesta conferência, que reúne um conjunto de atores empenhados na reflexão e na promoção da democracia no trabalho.

Quero saudar, em especial, os nossos parceiros do ETUI e do CIES-ISCTE, de quem conhecemos o potencial para continuar a desenvolver uma cooperação positiva e frutuosa. O trabalho em parceria é basilar como espaço de diálogo, reflexão e intervenção para que a democracia económica e a participação dos trabalhadores se torne um tema das agendas nacional e europeia.

A Práxis tem tido um papel pioneiro na dinamização do debate sobre a democracia no trabalho em Portugal. Com um historial de intervenção que procura sensibilizar para a importância do reforço dos direitos dos trabalhadores à informação, consulta e participação efetiva nas decisões empresariais, a Práxis tem sido um agente na promoção de um olhar renovado sobre a democracia económica, entendida como um fator essencial para a justiça social e para o desenvolvimento sustentável das organizações e, em sentido mais amplo, da sociedade.

É importante recordar que a Constituição da República Portuguesa consagra o direito dos trabalhadores a criar Comissões de Trabalhadores para a defesa dos seus interesses e para a intervenção democrática na vida das empresas. Reconhece-lhes direitos fundamentais, como o acesso à informação, o exercício do controlo de gestão, a participação nos processos de reestruturação e a eleição de representantes para os órgãos sociais das empresas públicas. Nos princípios gerais da organização económica, a Constituição reforça o direito dos trabalhadores do sector público à participação efetiva na respetiva gestão.

O Código do Trabalho concretiza estes direitos, mas no caso da eleição de representantes dos trabalhadores limita o âmbito às Entidades Públicas Empresariais, deixando de fora uma fatia importante das empresas públicas.

Na prática, porém, o seu exercício efetivo ainda encontra muitas barreiras. Em Portugal, as Comissões de Trabalhadores são, em muitos casos, invisíveis ou inexistentes, e a participação dos trabalhadores nas decisões estratégicas das empresas continua a ser a exceção e não a regra, tendendo a estar limitada a órgãos consultivos sem carácter vinculativo.

Este quadro não resulta da ausência de base legal que, como se vê, existe, mas antes de uma cultura empresarial e institucional que ainda vê a participação dos trabalhadores como uma ameaça e não como um recurso valioso para a inovação, a sustentabilidade e o bem-estar coletivo.

Esta conferência realiza-se num contexto particularmente crítico, em que se debate uma proposta do Governo de alteração radical à legislação laboral portuguesa, designada 'Trabalho XXI'. Esta proposta, que pretende "flexibilizar" as relações laborais, tem sido amplamente criticada por promover o aumento da precariedade, a diminuição dos direitos dos trabalhadores e o enfraquecimento dos sindicatos, ao invés de valorizar o trabalho e promover a justiça social. A legislação laboral, não é, nem deve ser, um mero instrumento para aumentar a competitividade económica. Deve sim assegurar condições dignas de trabalho, proteger os direitos conquistados e fomentar a participação dos trabalhadores.

Não é demais sublinhar - e saudar - a convergência das duas centrais sindicais, CGTP e UGT, na rejeição do anteprojeto de alteração legislativa, traduzida na greve geral de dia 11 de dezembro.

Neste contexto, é ainda mais premente a participação dos trabalhadores na vida das empresas não é apenas um direito constitucional, mas uma oportunidade para garantir uma economia mais justa, sustentável e democrática.

Precisamos de avançar para modelos que reconheçam a empresa como uma unidade socioeconómica onde o capital e o trabalho são atores centrais e complementares, que reconhecem o natural conflito de interesses, mas são capazes de dialogar e negociar o futuro comum com base na cooperação e no respeito mútuo.

Assim, reiteramos o compromisso da Práxis com este debate, que faça deste encontro um marco decisivo e que ponha na agenda a democracia no trabalho, reforçando a qualidade democrática das nossas sociedades e contribuindo para um futuro mais justo para todos.

Muito obrigado.